

## 6 Epílogo

A parábola que serviu de prólogo a esta tese narra a constituição do Estado Nacional brasileiro pela instrumentalização simbólica do Sete de Setembro e da Abolição.

A figuração de um casamento revela que a clave do parentesco parece ainda informar a noção que se tinha de comunidade, denunciando assim o momento de transição histórica que foi o epílogo do Império. A idéia que preside aquela narrativa é a de que a libertação dos escravos foi o último ato da constituição da nação brasileira.

Não menos significativo dessa tentativa de inclusão do país no concerto das nações é a indicação — como tão lucidamente percebeu Renan<sup>1</sup> — de que essa comunidade moderna para existir supõe um acordo de esquecimento das “lutas passadas”. Esse um artifício ímpar de coesão, de “paz doméstica”, como diz nosso texto.

O Estado Imperial esforçou-se por criar uma nação brasileira para além do Estado territorial que a Independência e a superação das revoltas da Regência haviam configurado. Essa unidade geográfica, essas fronteiras definidas de um país tão amplo, era um fator de soberania, mas não a sua fonte. Isso já era coisa do passado. Agora, qualquer Estado devia se legitimar pela unidade **nacional**. Disto tiveram consciência os construtores do Império, valendo-se de ferramentas do Estado burocrático centralizado para incultir uma fidelidade a ele dirigida. Símbolos e rituais foram criados, instrumentalizou-se a literatura romântica, moldou-se uma narrativa oficial da nação.

Entretanto, como produzir a adesão, como cidadãos juridicamente não iguais poderiam sentir-se irmanados senão pela figura do pai comum? Pai comum que ademais mantinha prerrogativas sobre a expressão regional da imensa

---

<sup>1</sup> E. Renan em seu texto já clássico “Qu`est-ce qu`une nation?” percebe a importância do esquecimento de atrocidades das lutas de fundação de uma nação: “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muito em comum, mas também que todos tenham esquecido muitas coisas” (E. Renan, “O que é uma nação?” in Maria Helena Rouanet (org.) *Nacionalidade em Questão*. A agudeza dessa percepção é realçada por Benedict Anderson que se penitencia na segunda edição de sua obra de não haver atinado desde logo com o alcance daquela observação do crítico francês (B. Anderson, *Comunidades Imaginadas*, cap. XI).

comunidade à qual quase todos os brasileiros se sentiam ligados: à comunidade humana através da fraternidade cristã.

Essa representação que a direção saquarema colou no imaginário coletivo — uma comunidade de três mundos —, revelou sua fraqueza quando mudanças estruturais esgarçaram suas bases. A experiência brasileira dessa incongruência tomou o nome de “reformas” ou de “questões”, que as “idéias novas” ajudaram a decifrar. Foram mudanças que disponibilizaram as mentes para novos arranjos, brechas pelas quais penetrou a cultura científica que vinha remodelar o antigo sentimento democrático que fora silenciado.

A república, idéia que se incluía nessa agenda de reformas — como textualmente o percebiam republicanos históricos citados —, viverá, pois, nos seus alvares, o drama entre a modernização do passado ou uma ruptura constitutiva do futuro americano. Se esse drama se resolverá em comédia, farsa ou em agonia é uma outra história ...

Para nós a marca de implosão da representação saquarema ficou por conta da Revolta do Vintém, que exemplarmente inaugura a década de 1880. Voltemos à interpretação de Lúcio de Mendonça na ocasião — sob o significativo título de “Nova fase?” —, denunciando o emprego da força contra “o verdadeiro povo”. Vejamos, mais uma vez, com que imagens ele interpretou o fato: “o usurpador, que se fingia pai, confessa-se inimigo.” E então conclui: “ a monarquia já não ilude ninguém”<sup>2</sup>.

Relembremos também a sua narrativa da nação, disposta esta na forma poética. No seu poema transcrito nessa tese, “Consórcio Maldito”<sup>3</sup>, se ainda se figura a nação na chave do parentesco, trata-se, entretanto, de um casamento que não tem nenhum ponto de convergência com aquele da *Revista Ilustrada*. Para Lúcio, entre o Estado e o povo a relação é de exploração, de desprezo e de **fingimento**. A “perfidia” que há aqui é traição porque o desejo do Estado se dirige à Igreja.

Entretanto, se em 1888 a *Revista* falou em união, não foi assim que ela percebeu a repressão à Revolta do Vintém. Naquela ocasião, levantou um protesto — como vimos — contra “o cordão sanitário entre o povo e a coroa” que a polícia

<sup>2</sup> Lúcio de Mendonça, “Nova fase?” in *A Caminho*, pp. 90 e 91.

<sup>3</sup> O poema de Lúcio de Mendonça está no subtítulo 2 do capítulo III..

estabelecera, interpelando Sua Majestade que “decerto não sabe é que a nação não se personifica nos lisonjeiros da corte”. Acontecia que aquele governo estava “divorciado da opinião pelos seus desmandos”<sup>4</sup>.

Está aí um outro termo — divórcio — que remete igualmente à idéia de casamento para enunciar uma comunidade moderna: a nação. Ora, também é de divórcio que fala Silva Jardim na sua “Carta Política ao País e ao Partido Republicano”: um “divórcio entre a monarquia e a nossa sociedade”. Mas o termo aqui já é só uma figura de estilo, pois que explica logo em seguida: “divórcio do teologismo”. Portanto, o que se coloca agora é que não há mais lugar para um sentimento de pertença que possa dirigir-se a reinos dinásticos. Isso era uma fase ultrapassada pela História.

As mudanças na família, muito particularmente nas urbanas, e mais especialmente, nas da Corte, são evidentes. Disto se dão conta os folhetinistas, como França Junior, e os literatos, como, para citar um único exemplo, Machado de Assis. Longe dela já está a figura do *paterfamilias* onipotente, das mulheres aprisionadas no lar, dos filhos sem vontade e expressão própria. Enfim, está se formando o individualismo burguês que se ainda não é uma realidade absoluta, já é capaz de enfrentar o poder do Estado.

O episódio da Abolição pôs em confronto duas correntes interpretativas: à mãe redentora se opõe a imagem de uma libertação arrancada pelos próprios escravos — ou pela pressão da opinião contra o pai de “miolo mole”. Se a sogra — elemento sem laços consagüíneos com a família — atrapalha a paz doméstica na narrativa da *Revista*, de outro lado, o genro, feito detestável pela propaganda republicana, abalou “todas as consciências”, na interpretação de Oliveira Vianna<sup>5</sup>.

A cultura democrática e científica foi assimilada especialmente pelos marginalizados ilustrados: intelectuais, políticos, literatos, jornalistas e... militares. A lealdade deles não poderia se orientar para este Estado, para este reino dinástico, o que se revela na disposição de deixar a situação de súditos para viver a plenitude adulta de cidadãos.

<sup>4</sup> *Revista Ilustrada*, 9 e 7 de janeiro de 1880, respectivamente.

<sup>5</sup> Em *O Ocaso do Império*, Oliveira Vianna analisa: “os republicanos (...) exploraram essa situação do príncipe consorte [sua nenhuma popularidade] como o supremo argumento, o mais impressionante, contra o 3º Império — e com ele abalavam todas as consciências (...) (*O Ocaso do Império*, p. 157).

A cultura democrática e científica no Brasil pensou a igualdade como o não privilégio, imaginando uma sociedade sem hierarquia. Tal igualdade devia fundamentar a soberania do Estado.

Essa substituição de valores e símbolos, de linguagem e de semântica fala de uma “crise de direção”. O regime mantém sua dominação, mas vai perdendo a direção. Esse o assunto dessa tese.

E é na rua que essa crise se manifesta agudamente. É aonde ela aparece e circula. A rua, o mundo da desordem, o não-lugar do sistema, atrai agora para o seu espaço público e ouvidor, a Casa e o Governo. Nela perambulam as mulheres e as crianças da Casa; nela os políticos são saudados ou rejeitados. O parlamento se mostra sensível à rua, à opinião pública.

A rua se faz o território livre e igual, a expressão da nação, onde todas as classes — inclusive os escravos — dividem um espaço comum. A rua é sentida como o *locus* da representação verdadeira, da soberania crítica, emitindo sinais ambíguos de um tempo de transição. Ela ainda é estreita e suja, por ela passam escravos, vadios e prostitutas. Cedo da manhã, os caixeiros limpam suas lojas e sujam a rua, por onde já passaram os “tigres” com os dejetos das casas. Mas logo vêm os ventres largos, os estudantes, os operários, os funcionários públicos. Mais tarde, as senhoras e os senhores grados. No começo da tarde tudo se confunde, a opinião fervilha, correm os boatos, as fofocas e a crítica, no exato momento em que os boêmios fazem sua entrada triunfal de celebridades maiores, expondo em suas pessoas admiradas a ambigüidade inteira de um tempo de transição. E ainda à noite, perambulam escroques, mas também a cultura dos teatros e das redações dos jornais.

∴

A República desfilou na rua.

Uma vez proclamada a República ou deposto o gabinete Ouro Preto, os militares — acompanhados já de civis — percorrem parte da cidade e adentram a rua do Ouvidor onde são saudados por discursos das janelas dos jornais — nos quais distinguiram-se Silva Jardim, Aristides Lobo e José do Patrocínio — e se dirigem para o Arsenal da Marinha. A presença de Quintino Bocaiúva entre Deodoro e Benjamin Constant, esclarecia a natureza do fato ocorrido para boa

parte da população ali aglomerada<sup>6</sup>. Terminado o desfile militar, pela cidade grupos festejavam a república personificada em notórias figuras do movimento e da propaganda.

Diz Aristides Lobo que o povo “assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, pensando tratar-se de uma parada militar.

O golpe militar foi uma surpresa geral porque resultado de uma conspiração secreta. Mas completa o jornalista republicano: “O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos”. Fala ele, pois, de surpresa, de perplexidade, mas também — e isto a historiografia costuma não transcrever — em reação entusiástica. Pode-se argüir com a extensão do período de tempo que o advérbio “lentamente” quis significar. De qualquer maneira estaria ele se referindo ao mesmo dia 15 de novembro, que é quando escreve seu artigo impressionista para o *Diário Popular* de São Paulo.

Para respaldar a idéia de surpresa podemos trazer bestializados mais ilustres. Silva Jardim, segundo testemunho anônimo, jantava com amigos no Hotel do Globo na noite de 14 de novembro, quando Alfredo Madureira traz a notícia de que se preparava uma revolução. Ao ser notificado de que Quintino Bocaiúva estaria à frente dela, Jardim expõe sua incredulidade: “Não havia de ser com Quintino e Campos Sales que faríamos jamais a república<sup>7</sup>”, já que sustentavam estes a tese evolucionista. E o propagandista escande a palavra: E-V-O-L-U-Ç-Ã-O. Aliás, a pompa do Baile da Ilha Fiscal no dia 9 de novembro tem sido argumento freqüentemente citado para mostrar a inadvertência da situação em que se vivia. No mesmo dia, no *Clube Militar* uma assembléia grandemente acrescida por filiações de última hora — na sua maioria de elementos da “mocidade militar — decide dar carta branca a Benjamin e, poucos dias depois, sob “pactos de sangue”, jura segui-lo.

A mesma incredulidade pode ser a explicação para a estranha reação de D. Pedro II no dia 15 de novembro. Sob a repetida insistência para que convocasse o

<sup>6</sup> Num testemunho ao *Correio da Noite* em 16 de outubro de 1939, Augusto Malta afirma que a presença de Quintino convenceu a muitos que acorreram ao Campo de Santana na manhã do dia 15 de novembro de 1889 — dentre os quais estava ele mesmo — de que se tratava de um movimento republicano. O testemunho, dentre outros, nos lembra que já entre os batalhões perfilhados na praça havia civis, além de corroborar a tese de que o único “viva á republica” foi proferido por Sampaio Ferraz (in Eduardo Silva, org., op. cit., p. 94).

<sup>7</sup> Apud Eduardo Silva, op. cit., p. 76.

Conselho de Estado, repetia: “mais tarde”<sup>8</sup>. No dia 16, passa a manhã lendo uma de suas revistas científicas.

Mas o mais surpreendente sinal de surpresa deve ficar por conta do artigo inacabado de Rui Barbosa. A notícia o colhe em casa quando redigia o editorial do dia para o *Diário de Notícias*<sup>9</sup>.

Entretanto, quando a historiografia insiste na bestialização do povo não é à inevitável surpresa que se refere. O que está subentendido é a não participação popular na Proclamação como índice da adesão do povo à monarquia.

Por volta das três horas da tarde, incomodados com a falta de um ato oficial de proclamação da República, um grupo de pessoas foi buscar uma bandeira ao *Club Republicano Lopes Trovão* e se dirigiu à Câmara Municipal onde registrou-se a Proclamação e se redigiu uma moção do “povo” que foi encaminhada à Deodoro. Dessa manifestação participaram republicanos históricos como Silva Jardim, Lopes Trovão, Aníbal Falcão, por exemplo, mas lá também estavam os boêmios José do Patrocínio, Olavo Bilac, Pardal Mallet, pelo menos. No entanto, como previra Joaquim Nabuco, lá não estavam os “pés no chão”. Se não foi um cortejo fúnebre, foi um cortejo de cartolas.

A questão está em se inferir daí a adesão do povo mais humilde à monarquia. Ora, contra a Proclamação não se levantaram nem o povo nem os monarquistas. Medeiros e Albuquerque debocha: o regime não teve por si “nem um gato pingado”. Raul Pompéia descreve, ele sim, uma cena fúnebre: a partida da família real. Oliveira Vianna se ressentiu: D. Pedro II partiu em silêncio e só<sup>10</sup>.

E, no entanto, naquela época, o regime havia readquirido popularidade com a aparente prosperidade do país desde 1886 e muito particularmente desde os

<sup>8</sup> Todo o relato do que se passou no palácio nos dias 15 e 16 de novembro está na carta do conde d’Eu à condessa de Barral e Pedra Branca escrita a bordo do *Alagoas* que levou a família real para São Vicente. Em carta anterior, refere-se ele às preparações para uma recepção que junto com a esposa ofereceriam aos chilenos no dia 16 em sua residência. Quando por volta da hora do almoço do dia 15, entre 9:30 e 10 horas da manhã, recebe a notícia de que tropas estavam estacionadas defronte ao Ministério da Guerra, tendo à frente Deodoro e Bocaiúva, exclama: “en ce cas (...) la monarchie est finie”. Dirigindo-se para o palácio imperial, por mar, ao avistar a carruagem de D. Pedro na altura da praia de Santa Luzia, pensa tratar-se já do “Presidente da nova República” e não é sem pingar duas exclamações que reproduz as palavras tranquilizadoras de Saraiva ao imperador, já tarde da noite de 15, para que ficasse tranqüilo que o caso não duraria. As correspondências do conde estão reproduzidas em Hélio Silva, op. cit., pp. 509-539.

<sup>9</sup> O artigo foi interrompido no meio de uma frase e com letra diferente, revelando nervosismo, explica Rui que lhe fora avisado por telefone de que o Campo da Aclamação estava ocupado por tropas e que o barão de Ladário fora ferido. Esse artigo foi encontrado em 1945 (v. explicações in Rui Barbosa, op cit., tomo VIII, p. 152).

<sup>10</sup> Oliveira Vianna, op. cit., p. 169.

fins de 1888. E, muito mais ainda, com a Abolição. Ora, a historiografia costuma assimilar a Proclamação ao 13 de Maio, fazendo da vitória republicana uma obra do despeito de escravocratas. Oliveira Viana que por tanto tempo moldou estas interpretações diz que o Império caiu no dia 13 de maio de 1888. Parece-nos mais apropriada a incerteza de Sérgio Buarque de Holanda: “Em vez de dizer que a república veio, por causa do 13 de maio, também se poderia dizer, que ela se impôs apesar do 13 de Maio”<sup>11</sup>.

O povo do Rio de Janeiro assistiu à proclamação bestializado, sim, porque surpreso. **Mais exatamente** porque, como já dissera Afonso Celso Junior no célebre discurso na sessão da Câmara dos Deputados de 6 de junho de 1888, em parte transcrito nessa tese, “o povo é, quando muito, indiferente à forma de governo”. No artigo “The Fall of Dom Pedro” de 16 de dezembro de 1889, o correspondente do *New York Times* comenta que ninguém parecia muito empolgado no dia da Proclamação: “there were no demonstration of wild joy. The people, as a rule, were rather constrained and looked and acted in a dazed, apathetic way”<sup>12</sup>.

Essa mais aguda percepção é a de Machado de Assis. Releia-se em *Esau e Jacó* o capítulo “Manhã de 15”. Na noite anterior, o conselheiro Aires voltara tarde para casa. Mesmo assim, despertara muito cedo, às 5:40 da madrugada. Resolve espairar pelas ruas e às 7:30 estava no Passeio Público. Repara que as poucas pessoas presentes tinham atitudes inusitadas: falavam entre si e de pé. Aos seus ouvidos chegaram “palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério*, etc”. Logo o grupo se dispersou “não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército”. Suspeitando do que ocorrera, dirige-se o conselheiro ao Largo da Carioca, onde entre “gente parada, caras de espanto”, não conseguiu ainda obter notícias claras. Na rua do Ouvidor, no entanto, soube que os militares haviam feito uma “revolução”. Ouviu descrições de marcha. O cocheiro que o trouxe de volta para casa “falou de uma revolução”, de ministros mortos e presos, assim como do imperador que descia de Petrópolis. No cocheiro tudo o que repara Aires é que a palavra lhe “saía deliciosa de novidade”. Chegando em casa, confirma as notícias que seu criado obtivera, retificando o saldo de vítimas: um ministro ferido. E retoma igualmente sua vida e seus afazeres, enquanto dois

<sup>11</sup> Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 287.

<sup>12</sup> Apud Celso Castro, op. cit., p. 192.

pequeníssimos capítulos depois, Custódio, o lojista, troca a tabuleta do seu estabelecimento<sup>13</sup>.

Se o enigmático Machado pretendeu descrever os sentimentos daquele dia, as adesões e rejeições ao novo regime através de imagens cifradas, anotemos que Custódio quis reformar a tabuleta, a “do Império”. O pintor fez-lhe ver que aquela madeira já não aceitava mais tinta e que embora não se pudesse ver “cá debaixo”, estava ela carcomida de bicho. E observou ele que pintura nova em madeira velha não valia nada. Dispôs-se a fazer outra que “ia durar pelo resto de nossa vida”. Ao que retrucou Custódio: “A outra também durava; bastava só avivar as letras”.

Vejamos ainda a interpretação que iam fazendo pessoas de outra categoria social. Santos, o pai dos gêmeos Pedro e Paulo, expõe o temor que o acometeu naquele dia, mas diz que logo tranqüilizou-se porque “a rua estava quieta”. Dos amigos que vieram à sua casa, “ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas que era um fato”<sup>14</sup>.

Também a *Revista Ilustrada* que no artigo do dia 16 proclama a República “em plena paz, no meio do regozijo popular”, retrata o “aspecto inabalável” da rua do Ouvidor nos dias 15, 16 e 17 na “Crônica do Chic”, publicada em 14 de dezembro. Ali pode-se ler: “(...) a não ser a passagem das forças e a maior animação das pessoas, dir-se-ia nada ter acontecido.” Para Tomé Junior, seu autor, seria essa calma uma demonstração da preparação do país para a república, “tão geral (...) o consenso a essa reforma, tão unânime as adesões que ele obteve, que a rua do Ouvidor onde toda a nossa vida e todas as nossas preocupações se refletem com intensidade, não perdeu absolutamente o seu caráter de ponto de reunião, e teatro do *chic* nacional”. Faz então essa judiciosa observação: nem as mulheres que temem as agitações de rua, deixaram de a freqüentar. A Casa, pois, foi também indiferente à mudança de regime.

O bestificado-indiferente nos fala de um conformismo. Conformar é “dar forma, modelar”<sup>15</sup>. Conformismo, resignação a uma forma. A forma da cultura democrática e científica que já ganhara os espíritos na década de 1880. A República era entendida como o regime democrático de governo, também “a filha da ciência”, o regime político da América, uma fatalidade histórica. Resignar-se,

<sup>13</sup> Machado de Assis, *Esau e Jacó*, pp. 124-126.

<sup>14</sup> Machado de Assis, *Esau e Jacó*, p. 100, 135 e 138, respectivamente.

<sup>15</sup> J. Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol.1.



pois, diante da fatalidade. Talvez tenha sido isto que nos quis dizer nosso escritor maior quando registrou essa observação de Santos naquele dia ao percorrer o Largo do Machado: “havia espanto, mas não havia propriamente susto”<sup>16</sup>.

À bestialização do povo, correspondeu a bestialização conformada dos monarquistas.

Vimos como republicanos percebiam a república como a última das reformas. Na sua narrativa sobre a formação da nacionalidade brasileira — *Da Independência à República* —, Euclides da Cunha diz que a alternativa da dissidência liberal, “reforma ou revolução”, veio fora do tempo, já que as duas palavras não marcavam mais uma alternativa, ao contrário, se conjugavam: reforma e revolução. Diz também que o Partido Republicano “para vencer tinha a força das novas aspirações sociais tão vigorosas que se refletiam nos próprios partidos monárquicos, talhados em dissidências (...)”. E conclui: “Depois disto a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam da nostalgia desse passado brilhante (...)”.

Opinião de um republicano convicto — convencido pela ciência —, mas que não rechaçava a obra da monarquia. Pelo contrário, dava-lhe a glória da constituição da unidade nacional. O que crê ele é que “o impulso tonificador da filosofia contemporânea” que se compôs com “uma aspiração antiga” e sem encontrar o obstáculo de uma tradição monárquica, “removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã —, um trono que encontraram ...” É o que nos faz recordar a explicação da *Revista* para a “transfiguração de um povo da noite para o dia”. É assim que ela o fez: “Obscuramente, todos nós, tínhamos, dia a dia, lavrado o seio fecundo da terra da América; com o arado do pensamento (...)”<sup>17</sup>.

A historiografia que privilegia a versão do bestializado desvaloriza o que a década de 1880 valorizou: a rua. Ou melhor: desqualificar a proclamação da República é desqualificar a política feita na rua, é não seguir a advertência de Euclides de não confundir a república “com a bela parada de 15 de novembro”<sup>18</sup>.

A república já estava na fôrma da difundida cultura democrática e científica, consciente ou inconscientemente. Uma população **conformada**.

<sup>16</sup> Machado de Assis, op. cit., p. 135.

<sup>17</sup> “Páginas Cor de Rosa” in *Revista Ilustrada*, 7 de dezembro de 1889.

<sup>18</sup> Euclides da Cunha, “Da Independência à República” in *À Margem da História*, pp. 189, 191, 195, 197 e 178, respectivamente.

E é, pois, com as mesmas palavras com que Euclides fechou sua narrativa que, sem subscrevermos sua hermenêutica, colocamos o ponto final nessa tese:

A REVOLUÇÃO JÁ ESTAVA FEITA.